

## REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS NO DEBATE POLÍTICO

*Nilsa RIBEIRO<sup>1</sup>*

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o funcionamento discursivo do debate político produzido no interior da instituição universitária. Nesse sentido, atentaremos para configurações lingüístico-discursivas que sugerem o jogo de representações dos sujeitos em relação aos lugares sociais que ocupam, sempre levando em consideração que os discursos produzidos no espaço universitário (como em qualquer outro espaço social) implicam 'contratos' que refletem posições sociais hierárquicas institucionais.

**Palavras-chave:** Universidade, Discurso político, Representações.

### ABSTRACT

This work has as objective main to analyze the functioning of the debate politician produced in the interior of the university institution. In this direction, we will attempt for configurations of the speech that always suggest the representations of the citizens in relation to the social places that occupy, considering that the speeches produced in the university space (as in any another social space) imply 'contracts' that reflect hierarchic social status institucional.

**Keywords:** University; Speech politician; Representations

### 1. Introdução

Com este trabalho temos o objetivo de analisar o funcionamento discursivo de discursos produzidos em debates políticos realizados no interior da universidade. Todos os recortes analisados foram extraídos de debates realizados em momentos de disputa de cargas administrativos, num campus universitário.

Adotando por base o postulado bakhtiniano de que somente sob a forma de gênero discursivo os enunciados se revestem de sentidos na cadeia discursiva, o nosso interesse em apreender sentidos produzidos em debates políticos realizados na universidade se fundamenta na suposição de que, sendo os sentidos orientados por posições sócio-históricas dos sujeitos, a idéia de objetividade que ainda sustenta a noção de sentido universal para atividades produzidas na e pela universidade, emerge na materialidade

---

<sup>1</sup> Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora da Universidade Federal do Pará.

dos discursos proferidos pelos sujeitos. Essa idéia de objetividade decorre de relações e papéis sociais que esses sujeitos desempenham nas diferentes atividades desenvolvidas nessa esfera social, dentre elas a campanha eleitoral a cargos administrativos.

A nossa opção por discursos produzidos nesse espaço de interação se fundamenta também na hipótese de que o tipo de interlocução aí estabelecido revela representações político-administrativas dos sujeitos em relação à universidade, muito mais do que revelariam discursos produzidos em outras esferas discursivas, como aulas, comunicações em eventos científicos etc. Isto porque os sentidos que circulam nos debates de campanhas eleitorais a cargos administrativos revelam explicitamente o jogo político que se faz dentro da universidade com influência daquele que se produz fora dela. O debate de campanha, pela sua própria natureza, revela o confronto de posições e interesses, de disputa de projetos políticos.<sup>2</sup> Pode-se dizer que o debate de campanhas a cargos administrativos se caracteriza pela presença de uma prática política explícita, ao passo que em outros discursos, ainda que orientado por interesses políticos, o locutor não se coloca explicitamente na ação política.

Estamos considerando tais debates como políticos, não por entender que outros discursos que se realizam em outras oportunidades, na universidade, deixam de ser políticos e ideológicos. Por exemplo, na sala de aula, promovem-se debates a partir de temas específicos; nas assembléias, abre-se espaço para o debate sobre matérias de interesse dos diversos segmentos que compõem a instituição universitária (alunos, professores e técnicos); em palestras, comunicações, seminários etc., há, geralmente, momentos de debates sobre o tema em questão. Realizando-se pela linguagem, não poderiam deixar de ser marcados social e ideologicamente como qualquer outro discurso.

## 2. O discurso político

Osakabe (1979, p. 86), ao estabelecer uma distinção entre discurso político e discurso teórico, sugere que o “sujeito político” estaria vinculado a um tipo de discurso denominado pelo autor de “discurso político militante”, ao passo que o “discurso intelectual” se insere num quadro de significações vinculadas ao “discurso político teórico”. Como adverte o autor, trata-se de um limite imposto pela própria convenção assumida no ato da interlocução, de modo que o discurso político-teórico, pressupondo um ouvinte cuja característica dominante é o pensamento, não ultrapassará explicitamente esse domínio e se o fizer, se confundirá com o próprio discurso político-militante, traindo a imagem inicialmente assumida.

Compartilhando esta assunção, com o referido autor, Coracini (1991) assinala que a grande diferença entre o discurso político e o discurso científico está no fato de que o discurso político se realiza pela anulação do adversário, ao passo que no discurso científico se constata a concorrência de diferentes paradigmas.

Admitimos tais postulados e com base neles estamos considerando o debate eleitoral um gênero discursivo que se constitui como espaço de expressão de uma prática política desenvolvida na universidade e pela universidade. Com isso não se quer dizer que o discurso político seja impermeável a outros discursos. Como mostraremos nas análises, embora o discurso político se construa por um processo de monofonia, na medida em que luta para calar o adversário, é possível constatar, nesse jogo mesmo, a emergência de outros discursos. Isso nos leva admitir com Bakhtin (2000) que os discursos não se

---

<sup>2</sup> Marques (1995), analisando discursos proferidos em uma disputa eleitoral para o cargo de reitor de uma universidade, já nos mostra como os discursos que se produzem nessa prática discursiva constituem os sujeitos da esfera administrativa.

realizam na sua pureza homogênea, mas numa relação dialógica com outros discursos já realizados e a se realizarem na cadeia discursiva. Mesmo admitindo que o processo histórico de consolidação de cada gênero específico permite-lhe certas regularidades, é preciso ter em conta que as suas configurações estão sempre abertas a mudanças, a entrecruzamentos, justamente porque o seu vínculo estreito com a história obriga-lhe esse movimento de consolidação e renovação.

Sendo assim, por um lado o gênero realiza um processo de estabilização de formas de interação em instâncias de interlocução; por outro, pelo que contém de heterogêneo, a vida do gênero discursivo está sempre se renovando ou até mesmo se transformando em outro gênero, daí porque não seria produtivo considerar os gêneros como uma formatação rígida. Como constata Fairclough (1992, p. 162): “uma sociedade – ou uma instituição particular ou domínio dentro dela – tem uma configuração particular de gêneros em relações particulares uns com os outros, constituindo um sistema. E, é claro, a configuração e o sistema estão abertos a mudanças”.

### **3. Construindo imagens de competência administrativa**

O discurso competente, segundo Chauí (1989), é aquele que pode ser proferido e aceito como verdadeiro ou autorizado; é aquele discurso no qual a linguagem sofre uma restrição quanto a quem dizer, o que dizer, onde dizer e em que circunstâncias dizer. É o discurso instituído, “no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

A autora aponta como a região onde melhor se pode alcançar a configuração do discurso competente, o fenômeno histórico da burocratização das sociedades contemporâneas e a idéia de ‘organização’ que está na base desse fenômeno. O fenômeno da burocratização, distribuído em hierarquias institucionais, se realiza sob a égide da idéia de ‘organização’ que, à medida que as sociedades se complexificam, se impõe como se possuísse existência própria, num movimento que oculta a presença do Estado e ao mesmo tempo a viabiliza pelo ‘discurso da Organização’.

Nesse sentido, ‘burocracia’ e ‘organização’ pressupõem a determinação da existência de um sistema de autoridade fundado na hierarquia que se distribui sob a forma de diferentes níveis de responsabilidade e de poder. Os discursos que circulam nesses diferentes níveis da hierarquia institucional traduzem representações desses lugares hierárquicos.

Se tomarmos a hierarquia universitária como exemplo, basta pensarmos nas distribuições de cargos que se atualizam através de ‘ritos enunciativos’ próprios e capazes de conferir legitimidade administrativa. A imagem de competência administrativa se constitui nesses espaços hierárquicos pela via da Organização burocrática.

A reflexão sobre a temática da competência apresenta conseqüências importantes para a compreensão do discurso que circula tanto em debates realizados em campanhas eleitorais quanto em reuniões administrativas, na universidade –, como se pode observar em Ribeiro (2005) –, posto que nessas duas situações de interação é possível constatar representações de competência administrativa. No debate é preciso fazer crer que o discurso proferido é aquele que a organização precisa ver instituído e por isso mesmo, o sujeito que enuncia luta para se fazer aceitar como competente.

Passaremos a analisar alguns recortes extraídos de debates políticos na universidade.

[1]

CR<sup>3</sup>- (...) *porque o que determina a sobrevivência da universidade não é os recursos que ela tem... é a necessidade social... a diferença entre a necessi/entre a necessidade social e o orçamento tem que ser buscada com outros recursos (entre capitais)... dá trabalho... isso exige compromisso social e você tem que ter uma equipe arregaçando as mangas que vá atrás de recursos necessários pra completar aquilo que é demandado pela necessidade social... essa é uma maneira de administrar... essa é a minha...*

(1DR<sub>1</sub>, F4A, T4)<sup>4</sup>

[2]

CR- (...) *caso eu seja eleito a reitor co/como se dará essa prioridade? de várias maneiras... primeiro... a equipe que assumir comigo vai ter que saber que não pode pensar a Universidade Federal do Pará a partir de Belém... tem que pensar a partir do Estado inteiro portanto... é necessário que o interior se traduza em políticas de vagas... (custo) financeiro... custo pra... custo pra... pra... recursos materiais e equipamentos...*

(1DR<sub>1</sub>, F4A, T4)

Os recortes [1] e [2] foram retirados de uma fala proferida por um candidato a reitor, em campanha realizada em um campus universitário do interior do Estado do Pará. O candidato, com experiência administrativa em gestão anterior, nessa mesma universidade, apresenta a sua candidatura com base numa imagem de oposição à atual administração. Inicia a situação de interlocução expondo seu programa de administração à comunidade acadêmica daquele campus, principalmente a alunos, cuja principal reivindicação naquele momento era maior atenção aos *campi* localizados no interior do Estado, possivelmente porque desde a criação dos *campi* constroem-se representações de que os *campi* sofrem restrições de várias ordens, principalmente financeiras, em relação ao campus-sede, em Belém.

É possível identificar no recorte [1], sintagmas (*captação de recursos; necessidade social; compromisso social*), cujas significações parecem orientar a argumentação do discurso da administração universitária. Nesse processo de nomeações, o locutor estabelece um quadro de referências para os seus interlocutores e com ele procura interferir nas decisões dos mesmos, promovendo-os à aceitação do seu programa de trabalho e, por conseguinte, ao ato de votar, passando, assim, do nível da simples convicção ao nível da ação (OSAKABE, 1979). Esse conjunto lexical produz sentidos de um modelo ideal de administração para a universidade.

Em [1], jogando com o interesse do ouvinte, o locutor sobrepõe “necessidade social” a “recursos” necessários à instituição universitária (*porque o que determina a sobrevivência da universidade não é os recursos que ela tem... é a necessidade social*). Com isso, faz-se pressupor que a universidade não deve desenvolver as ações que lhe são concernentes, apenas pautada na quantidade de recursos existentes, mas, sobretudo, na necessidade social. Esse jogo linguístico-discursivo nos remete à distinção feita por Wolff (1993) entre “necessidade social” e “demanda social”. O autor parte da elaboração de Marx sobre necessidade social e postula que necessidade humana ou social é uma carência, uma falta material ou social, ao passo que demanda efetiva ou de mercado é uma necessidade que encontra um canal de expressão organizada<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> CR corresponde a candidato a reitor; CC, candidato/candidata a coordenador/coordenadora.

<sup>4</sup> Indicações que correspondem a: primeiro debate entre um candidato a reitor e a comunidade acadêmica (1DR<sub>1</sub>); primeiro debate realizado entre três candidatos à coordenação de um campus e a comunidade acadêmica (1DC<sub>3</sub>); segundo debate realizado entre duas candidatas à coordenação de um campus e a comunidade acadêmica (2DC<sub>2</sub>).

<sup>5</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a questão, veja em Wolff (1993).

A recorrência à distinção estabelecida por Wolff (*op. cit.*) nos orienta a observar, no discurso do candidato a reitor, o jogo argumentativo implicado no procedimento discursivo em que o enunciado primeiro nega o fato de os ‘recursos’ serem determinantes na vida da IU (*porque o que determina a sobrevivência da universidade não é os recursos que ela tem*) e o enunciado seguinte (*é a necessidade social...*) em que afirma ser a ‘necessidade social’ determinante para a vida universitária.

Nesse jogo de significações (*recursos e necessidade social*), põe-se em questão um dos dilemas que a universidade contemporânea enfrenta: a necessidade social (quase sempre confundida com demanda social) e a escassez ou falta de recursos. No entanto, num jogo de forças políticas, sobrepôr ‘necessidade social’ a ‘recursos’ apresenta-se como uma estratégia através da qual o candidato ‘desenha’ para si uma imagem de administrador que parte das necessidades e com elas vai em busca de recursos, e não do administrador que toma os recursos disponíveis e os distribui.

Se ‘recursos financeiros’ não é o que determina a sobrevivência da universidade, mas a ‘necessidade social’, é possível pensar que, para atender às necessidades sociais, a competência administrativa – no que tange à captação de recursos – se impõe como atributo necessário ao administrador competente. Essa compreensão se fundamenta no recorte [1] em que, num jogo de antecipação às representações do seu interlocutor, o locutor explicita como deve ser preenchida a lacuna entre a necessidade social e a falta de recursos por que passa a IU: os recursos devem ser buscados fora da universidade (*a diferença entre a necess/entre a necessidade social e o orçamento tem que ser buscada com outros recursos (entre capitais...)*). É justamente nessa passagem que se pode depreender a construção de uma representação de administrador competente. O desafio maior não está em enfrentar a carência de recursos por que passa a universidade, nos dias atuais, mas em ‘saber’ buscar esses recursos fora do âmbito do Estado. Chauí (2003) assevera que o discurso do poder e o discurso do saber não são dois discursos competentes distintos, mas um único discurso dotado de duas faces, ou seja, duas modalidades de competência: aquela que é conferida pela ocupação de cargos e funções por ‘homens determinados’ e aquela que se revela pelo domínio de um conhecimento específico, pelo prestígio conferido ao conhecimento. Assim, nesse discurso, a falta de recursos pode ser superada se à frente da IU há um administrador que ‘conhece’ e ‘sabe’ captar recursos para garantir a vida da universidade.

As modalizações deonticas (*tem que ser buscada, tem que ter uma tarefa*) impõem duplamente: ao locutor que deve agir de acordo com um modelo de administrador competente e ao interlocutor a quem resta aceitar essa verdade. Essas ações que se produzem com a linguagem se refletem num conjunto de palavras cuja significação oscila entre compromisso com a sociedade e disponibilidade para ir à busca de recursos financeiros, o que pode ser traduzido, em última análise, em “competência administrativa” para atender às necessidades sociais da instituição.

A expressão: *dá trabalho...* reforça esta compreensão, na medida em que sugere a dimensão dessas ações, ou seja, não é tarefa para qualquer um empreender: *isso exige compromisso social e você tem que ter uma equipe arregaçando as mangas que vá atrás de recursos necessários pra completar aquilo que é demandado pela necessidade social*. A imagem de competência administrativa também é produzida pela metáfora *arregaçando as mangas*, metáfora que pode ser traduzida por ‘garra’, ‘iniciativa individual’, ‘trabalho’, enfim, numa única palavra, competência.

Assim, com base em representações de administração delineadas para si e para o outro, o candidato estabelece um quadro de referência: *Essa é uma maneira de administrar... Essa é a minha...* Por esse recurso argumentativo o sujeito, jogando com a representação que supostamente o interlocutor tem de administração, com ela se compromete e compromete o interlocutor. Ao definir primeiro uma maneira de administrar para depois colocar-se neste quadro (*essa é a minha...*), o locutor constrói uma definição

aceitável, 'neutra' e compartilhada: uma definição que deveria ser e valer para todos, assumindo-se, em última análise, executor desse modo de administrar.

O recorte [2] vai na mesma direção de sentidos apreendidos da análise anterior. Nele identificamos o agenciamento de recursos expressivos que também sustentam uma imagem de administração competente. No entanto, se estabelecermos relações entre os campos lexicais empregados nos recortes [1] e [2], é possível admitir que de um recorte a outro há uma gradação de sentidos, ou seja, um trabalho de fechamento de sentidos que vai de significações mais abstratas a significações mais concretas, configurando-se como um trabalho lingüístico do sujeito, mediado por orientações sócio-ideológicas.

Se no recorte [1], as imagens pressupostas no interlocutor orientam o locutor a produzir sentidos mais amplos de competência administrativa (*captação de recursos, necessidade social, compromisso social*), no segmento [2] estreitam-se sentidos em direção a objetos ou ações concretas (*recursos materiais, políticas de vagas, equipamentos*), que se traduzem em metas específicas a serem cumpridas, evidenciando-se, nesse processo, um trabalho de objetivação do discurso em direção ao desejo do outro. O que em [1] ganha amplitude sob a rubrica de necessidade social, em [2] se objetiva em ações que são objeto de reivindicação do interlocutor: vagas (para os quadros docente, discente e administrativo da universidade), recursos materiais, equipamentos.

No recorte [3], extraído da mesma situação descrita para os recortes [1] e [2], observa-se como a representação de competência administrativa se revela no debate que a instituição trava com as parcerias. Numa conjuntura político-econômica em que o Estado restringe consideravelmente as suas ações sociais, o discurso competente se sustenta na capacidade que as instituições devem ter para estabelecer parcerias.

[3]

CR- (...) mesmo porque a consolidação dos cursos regulares que só pode se dar com a criação de corpos docentes cada vez mais em quantidade e em qualidade potencializa ainda mais a capacidade de ampliar os cursos intervalares (...) então onde está a contradição?... uma coisa reforça a outra e não tem que ser eliminar uma coisa elimina a outra... eu não vejo contradição nisso... pelo contrário né... agora o problema é que... os recursos que têm que ser financiados se deixou de captar... e tem como ser captado num programa de aliança ampla entre o esforço de pessoas grandes que têm responsabilidade social... reitor... secretário estadual de educação... os prefeitos e secretários municipais de educação... (...)

(1DR<sub>1</sub>, F4A, T4)

É preciso observar que o debate, situado no domínio discurso político, não joga apenas com a defesa de um programa de governo, de administração, mas, sobretudo com a capacidade política de administrar um tal projeto de trabalho.

Depreende-se um discurso que, por um lado, apóia-se na defesa de que a universidade deve procurar financiamentos fora de seus muros como forma de garantir a sua sobrevivência, por isso mesmo os recursos *têm que ser financiados*. Essa seqüência lingüística funciona como uma estratégia discursiva, através da qual se estabelece uma obrigatoriedade de parcerias com outros agentes nominados por duas vezes na seqüência discursiva. Por outro lado, apresenta-se como um problema o fato de se ter deixado de captar tais recursos: 'se deixou de captar' (*os recursos que têm que ser financiados se deixou de captar*), sugerindo, assim, que os recursos já foram captados um dia, sem que o sujeito dessa ação seja explicitado.

No entanto, considerando ser esse um discurso de campanha eleitoral, cujo candidato – com experiências administrativas anteriores nessa mesma instituição – tem como adversária a atual administração dessa instituição, o jogo argumentativo constrói

representações de que o então reitor não foi suficientemente competente porque interrompeu (...se *deixou-se de captar*) um processo de financiamento com recursos externos, o que se apresenta como um problema, em termos de avanço para a universidade, numa época em que os financiamentos externos são vistos como soluções para um orçamento insuficiente.

Também no recorte [3], o candidato defende uma política de ampliação de cursos, no interior do Estado, e essa defesa é feita através da anulação de outros discursos contrários a essa posição, o que se evidencia pela mobilização de uma voz polifônica (...*então onde está a contradição?... pelo contrário... né?...*), e na seqüência discursiva (*agora o problema é que... os recursos que têm que ser financiados se deixou de captar...*).

O locutor joga com a representação de que sua proposta é a mais viável e de que quem a defende tem competência suficiente para atrair recursos para a instituição. Os recursos existem, mas é necessário que quem administra tenha competência suficiente, tenha responsabilidade social, tenha grandeza para um programa de aliança ampla entre o esforço de ‘pessoas grandes’. A anulação do outro se realiza justamente pela implicitação de sua incapacidade e de sua falta de “grandeza” política (isto é, prestígio e peso político entre outros parceiros) para obter recursos para a instituição, ação que o locutor-candidato se dispõe a implementar, ação que já existiu no passado, num tempo em que o locutor fez parte da administração.

Mas como nesse jogo é necessário que se leve em conta uma concepção de interlocutor, falar de parcerias exige certa cautela. Embora as bases argumentativas do recorte [3] orientem o interlocutor a entender/aceitar a necessidade de se buscar nas parcerias, através de convênios e financiamentos, a superação das dificuldades enfrentadas pela universidade e, sobretudo, a necessidade de um administrador capaz de articular parcerias, é preciso convocar e impedir, ao mesmo tempo, um outro discurso a que também é preciso se contrapor, que poderia ser desenhado a partir da subordinação da instituição universitária ao mercado que garante os recursos. Em certo sentido, ao defender parcerias, o candidato também precisa evitar a compreensão de que ele estaria defendendo um modelo de universidade subordinado a orientações externas à própria instituição.

Como estratégia, outra voz precisa ser convocada para preencher, no discurso, lacunas que poderiam levar o interlocutor a questionar sobre os riscos que a universidade enfrenta, no que se refere à sua autonomia, por exemplo, quando se fala em estabelecer parcerias com outras instituições.

O discurso que se delinea nos recortes [4] e [5], parece orientar sentidos nessa direção: evitar que o interlocutor coloque em questão as formas de “alianças” (“aliança” produz uma ambigüidade, podendo significar ‘pacto provisório’ ou pacto *ad æternum*) estabelecidas entre a universidade e outros parceiros que possam colocar em risco a autonomia da própria universidade. Os recortes [4] e [5], extraídos da mesma situação de interação a que pertencem [1], [2] e [3], funcionam como uma forma de precaução contra esse tipo de acusação e, desse modo, busca diluir sentidos para minimizar conflitos.

[4]

CR- (...) *então... não tem... você tem que captar recursos com projetos sérios... com programas sérios... com propostas sérias... e tem parceiros (tem que vir outros) parceiros... né?... os recursos existem e não se iludam os recursos existem... então tem que recuperar tudo isso... tem que agir dessa maneira...*

(1DR<sub>1</sub>, F4A, T4)



[5]

CR- (...) *mas tem que saber que projeto que vai porque têm que ser projetos bem claros... sabe... e fazer com que os campi sejam representados dentro dos conselhos superiores da universidade onde se discute orçamento por exemplo... onde se discute vaga... onde se discute a política administrativa e a política acadêmica universitária... e fazendo isso que/porque valoriza o programa e é assim que que eu penso fazer pra valorizar o programa de interiorização.*

(1DR<sub>1</sub>, F4A, T4)

Em [4], o locutor reafirma a necessidade de captação de recursos com ‘projetos sérios’, ‘programas sérios’, ‘propostas sérias’. Nessa seqüência enunciativa, o qualificador “sério” constitui um procedimento argumentativo através do qual o locutor joga com valores positivos. Particularizar projetos, programas e propostas com ‘sérios’, significa dizer que não se trata de qualquer programa. A seqüência lexical (projetos, programas, propostas) serve de base para a repetição do qualificador “sério” – procedimento discursivo que opera com um conceito difuso – seriedade – e impede qualquer questionamento em relação aos convênios estabelecidos entre universidade e outras instituições, pois não se trata de qualquer parceiro, mas de parceiros também eles sérios. Lembremos que no recorte [3] esta qualificação já tinha sido antecipada (*num programa de aliança ampla entre o esforço de **pessoas grandes** que têm responsabilidade social... reitor... secretário estadual de educação... os prefeitos e secretários municipais de educação...*).

Seguindo o mesmo direcionamento argumentativo, em [5], “projetos” é qualificado por “claros” acompanhado do intensificador “bem”, o que reafirma a nossa leitura em relação ao recorte [4]. O sintagma *projetos bem claros* pode ser traduzido em projetos que tenham explicitado o papel de cada parceiro, com vistas a não comprometer, em absoluto, certos princípios de autonomia da universidade, e isso pode ser garantido através de representações dos segmentos universitários nos conselhos universitários (*e fazer com que os campi sejam representados dentro dos conselhos*). Configura-se, assim, um jogo de antecipação das imagens do interlocutor: afinal, como definir projetos “bem claros”? Da pergunta não formulada advém a resposta: os órgãos colegiados com representação dos campi do interior (portanto com representações dos interlocutores presentes). Nessa partilha de poder entram em jogo representações do locutor: um trabalho de desconstrução de críticas à obtenção de recursos externos pela garantia de seriedade e clareza definida em órgão colegiado com a presença, a representação dos interlocutores.

Nos recortes de [1] a [5] centramos a análise no quadro de imagens que o sujeito projeta de si no jogo argumentativo da disputa eleitoral. No próximo item, procuraremos mostrar o jogo de vozes na disputa pelo cargo, o que implica, paradoxalmente, na emergência de vozes e na tentativa de contenção de vozes.

#### 4. Outros sentidos em jogo: a construção da polêmica

Mainueneau (1984), tomando por base o primado do interdiscurso, ou seja, a noção de que todo discurso se constitui *de um trabalho sobre outros discursos*, postula que cada discurso constrói sua identidade na polêmica constitutiva com outros discursos. Toda enunciação se constrói segundo suas próprias regras, as quais se definem pela *interincompreensão* dos sentidos do enunciado do outro, de modo que cada discurso é delimitado por um quadro semântico que, num mesmo movimento, constrói as categorias semânticas aceitáveis, reivindicadas para aquele discurso e as inaceitáveis, projetadas



no discurso do outro como negativas. Para constituir e preservar sua identidade, o discurso não pode ser interpretado com a semântica do outro como tal, mas apenas no simulacro que o discurso interpretante faz do discurso interpretado. A tradução de um discurso pelas grades semânticas do discurso do outro, segundo Maingueneau (1984), é um mecanismo regular e necessário à constituição de todo discurso. Nesse sentido, é ilusório falar de discurso polêmico e de discurso não-polêmico.

Se pensarmos no dialogismo como condição de possibilidade de qualquer discurso, como postula Bakhtin, poder-se-ia dizer que há discursos que se fundam em controvérsias explícitas (“dialogismo mostrado<sup>6</sup>”, conforme Maingueneau (1987)), e outros discursos cujo antagonismo não é explicitado. O discurso polêmico é, portanto, uma modalidade do dialogismo.

Sendo assim, considerar como traço do gênero debate político a polêmica, não implica a pensar na existência de discursos isentos de polêmica, mas a reconhecer que o debate político se constrói sobre uma polêmica explícita, sobre temas de controvérsia, sobre a refutação e eliminação do discurso do outro. Diferentemente de discursos que convocam a pluralidade discursiva, o debate só pode funcionar reivindicando o monopólio da legitimidade, ou seja, constrói-se com base na anulação de outro discurso com que concorre, embora dele se alimente para constituir-se. Assim, passaremos à análise dos recortes [6] e [7], verificando como funciona a argumentação no debate político, no que tange à refutação, à desqualificação do adversário, ou, seja como funciona o trabalho de apagamento do discurso do outro para fazer sobrepor o discurso do mesmo, considerando, nesse sentido, que “as controvérsias giram, em geral, obstinadamente, em torno de alguns pontos, deixando na sombra zonas imensas (MAINGUENEAU, 1987, p. 124)”.

#### 4.1. Processos de refutação do outro

Tomamos como pressuposto, para nossas análises, o jogo de representações positivas que cada um dos locutores desenha para si e a mobilização de imagens negativas para o outro.

Os recortes [6] e [7] representam, respectivamente, as falas de duas candidatas (CC1 e CC2) em disputa à coordenação de um mesmo campus universitário. As candidatas já haviam participado de um primeiro debate que contou com a presença de três candidatos, sendo que ao final do debate um dos candidatos desistiu da candidatura. Os recortes [6] e [7] foram produzidos num momento inicial previamente estabelecido para que as candidatas expusessem suas plataformas de trabalho.

Analisando os dois recortes, na seqüência em que foram produzidos, e considerando o debate anterior ocorrido entre as mesmas candidatas, podemos dizer que o recorte [6] constitui uma réplica explícita a outros discursos produzidos durante a campanha, assim como o recorte [7] constitui uma resposta explicitamente refutativa ao discurso produzido no recorte [6]. Como se pode depreender do jogo argumentativo, a relação não é apenas entre locutor e objeto do discurso, mas também entre interlocutores, e seus discursos trazem em sua configuração as marcas da disputa.

[6]

CC1- (...) a disputa pela coordenação desse campus significa que (... significa principalmente que nós enxergamos muito além desse momento histórico... muito além da disputa nesse momento H. e J... muito além do pensamento o meu curso quer isso... meu curso quer aquilo... a gente precisa se enxergar como universidade com um papel

<sup>6</sup> Ancorado no dialogismo bakhtiniano, Maingueneau (*op. cit.*) estabelece dois tipos de dialogismo: o **dialogismo constitutivo** e o **dialogismo mostrado**.

*histórico nesta região Sul e Sudeste... um papel histórico nesse Estado... na Amazônia... é preciso achar o nosso papel nessas relações históricas... precisa saber pra onde nós vamos porque do contrário o que acontecerá é que nós nos devoraremos mutuamente aqui internamente... gastaremos nossas forças todas nas discussões... nas picuinhas... nos desejos individuais... do que cada um quer pra si... pra sua cadeira... pro seu local... pro seu curso... e vamos esquecer do que esperam lá fora... do que a sociedade espera de nós porque paga pra que nós estejamos aqui e paga caro... não esqueçamos... paga MUITO caro... então eu quero só dar essa/essa introdução até porque o debate posteriormente puxará muitas outras questões que são do interesse de vocês... muito obrigada nesse início de conversa...*

(2DC<sub>2</sub> F18A, T19)

[7]

CC2- (...) eu venho aqui pra falar de propostas com certeza mas eu gostaria de até com/comentar um pouquinho o questionamento da professora H...

(...)

*porque eu não entendo professora H. como candidatas né?... não é candidata J. e H... são propostas de gestão totalmente diferentes... uma forma de gestão que vai ser contemplada por a senhora e uma forma de gestão que nós vamos contemplar... então não é uma questão pessoal... não é uma questão de picuinha de cursos... de forma nenhuma né?... é forma mesmo de gestão... é proposta de gestão... é proposta de administração... nesse sentido não há discriminação a curso nenhum... né?... nem como se beneficiar curso nenhum já que a administração é pro Campus Sul e Sudeste do Pará e não só pro curso A de tal núcleo né?...*

(2DC<sub>2</sub> F18A, T19)

O recorte [7], proferido por CC1, desloca a discussão para o terreno externo, remetendo a valores para a universidade, para a sociedade. São valores que transcendem interesses imediatos de disputa eleitoral ( *muito além da disputa nesse momento H. e J.*), dando a esta um sentido quase transcendental.

Neste recorte discursivo, a expressão “muito além”, três vezes repetida, reduz o discurso do adversário a seu simulacro porque o restringe ao que é inferior, expressamente condenado e desqualificado ( *discussões... picuinhas... desejos individuais...*). Pelo contraponto a este simulacro, o discurso próprio se constrói pela remessa ao não especificado, assumido com se definido e especificado por todos e para todos (*...o que a sociedade espera de nós...*), ao mesmo tempo em que apela para a cobrança moral de um fazer adequado ao que é dado como definido ao remeter à questão do financiamento social da universidade. Note-se que “o que a sociedade espera” traduz como definido o que antes era apresentado como algo a ser definido (*precisa se enxergar como universidade com um papel histórico nesta região Sul e Sudeste... um papel histórico nesse Estado... na Amazônia... é preciso achar o nosso papel nessas relações históricas... precisa saber pra onde nós vamos...*).

Observa-se, que no discurso de CC1, o processo de refutação do discurso da adversária é escamoteado por uma estratégia de envolvimento em que o interlocutor é constituído parceiro, é elevado a uma posição de decisão. Como observa Osakabe (1979), o ouvinte é considerado em sintonia com a própria imagem assumida pelo locutor. A identificação entre locutora e interlocutores na enunciação de CC1 é marcada por ‘nós’, ‘nosso’, ‘a gente’, procedimento através do qual o locutor expande o seu círculo de atuação e o efeito produzido é o de aproximação entre locutor e interlocutor.

Estabelecido o quadro de aproximação, estão criadas as condições para o locutor encaminhar sentidos orientados pela posição que ocupa. A desqualificação do outro – sob a capa de valores universais – constitui uma estratégia à qual CC1 recorre para obter a concordância do ouvinte. Assim, o apelo de CC1, como estratégia de enredamento do outro, é feito com base em valores que envolvem a idéia de papel da universidade no Estado, na região (*...a gente precisa se enxergar como universidade com um papel histórico nesta região sul e sudeste... um papel histórico nesse Estado... na Amazônia...*).

Mas é interessante observar que o apelo a esses valores faz emergir sentidos de refutação do outro. Com efeito, o enunciado: *muito além do pensamento o meu curso quer isso... meu curso quer aquilo...* é um discurso convocado para, sub-repticiamente ser contraposto. Para isso, CC1 recorre a certas estratégias discursivas, por exemplo, no enunciado acima não se explicita a quem se atribui a responsabilidade desse dizer: *... meu curso quer isso... meu curso quer aquilo*, o que não impede que a adversária o reconheça como um discurso a ela imputado, tanto é que o retoma como objeto de polêmica, no re corte [7].

CC1 estabelece com o ouvinte um discurso cujo tom propõe um foco: as questões amplas, reduzindo todas as outras a ‘picuinhas’. Por esse recurso, a locutora desqualifica um discurso que se atenha aos interesses imediatos dos interlocutores (e eleitores), propondo a discussão de grandes temas (estes que estariam “muito além”), mas sabe que ao desqualificar o discurso do outro, por esta via também desqualifica os “interesses” de seus interlocutores imediatos (eleitores). Desse modo, a estratégia posta em funcionamento apresenta para a locutora um paradoxo para o qual constrói uma saída ao separar eu/vocês no final da locução (*o debate posteriormente puxará muitas outras questões que são do interesse de vocês...*) em que agora os interesses imediatos serão postos pelo “vocês”, dentro do quadro amplo desenhado pelo “eu” no início do debate. Por essa manobra discursiva procura apagar o paradoxo entre o geral e o particular produzido pela proposta de foco do debate.

O discurso produzido em [7], por sua vez, configura-se explicitamente como um contradiscurso ao discurso produzido em [6]. Enquanto o discurso proferido por CC1 se constrói sobre a atenuação ou escamoteamento da polêmica interna, o de CC2, explicitamente, delimita fronteiras, põe em cena a controvérsia, refutando a adversária. Para explicitar a controvérsia explícita entre os dois discursos, estabelecemos pares de enunciados extraídos dos recortes [6] e [7] e procuraremos mostrar como a partir do dialogismo mostrado o discurso proferido por CC2 instaura a polêmica em relação ao discurso de CC1.

[a6]

CC1- ...significa principalmente que nós enxerguemos muito além desse momento histórico... muito além da disputa J. H.

[a7]

CC2- ... não é candidata J e H... são propostas de gestão totalmente diferentes... uma forma de gestão que vai ser contemplada por a senhora e uma forma de gestão que nós vamos contemplar...

[b6]

CC1- ... gastaremos nossas forças todas nas discussões... nas picuinhas... nos desejos individuais... do que cada um quer pra si... pra sua cadeira... pro seu local... pro seu curso...

[b7]

CC2- ... então não é uma questão pessoal... não é uma questão de picuinha de cursos... de forma nenhuma né?... é forma mesmo de gestão... é proposta de gestão... é proposta de administração... nesse sentido não há discriminação a curso nenhum... né?... nem como

beneficiar curso nenhum já que a administração é pro campus Sul e Sudeste do Pará e não só pro curso A de tal núcleo né?...

Como observa Maingueneau (1984), quando há posições discursivas opostas, um discurso se posiciona, ora como discurso-agente, ora como discurso-paciente. O discurso agente é aquele que se encontra em posição de tradutor e discurso paciente aquele que é traduzido (MAINGUENEAU, *op. cit.*, p. 110).

O discurso de CC2, construído como se fora discurso paciente do discurso anterior de CC1, se constitui explicitamente de refutações ao discurso que o antecedeu. Ao mesmo tempo que se constitui como discurso criticado que reage, constrói o simulacro sobre seu outro, atribuindo-lhe sentidos por ele evitados; por exemplo, ao tomar a disputa entre J. e H. como não pessoal, dá a entender que o outro discurso reduzirá a disputa a uma questão entre pessoas, precisamente o inverso do sentido almejado pelo discurso de CC1.

Por outro lado, embora o discurso de CC1 não contenha ataque explícito, ele também traz ecos de uma discursividade que em si são suficientes para que CC2 identifique neste discurso sentidos que se transformam em objeto de questionamento, que, por sua vez, se traduzem em contrapalavras de natureza polêmica. Ou seja, ainda que o discurso de CC1 contenha estratégias discursivas de escamoteamento da polêmica própria dos debates políticos, o seu discurso em si se constitui como réplica a um discurso que o antecede e no qual se ancora o discurso da adversária. Significa dizer que:

*O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles) (...)* (Bakhtin, 2003, p. 291).

Atendo-nos ao primeiro par de enunciados, observamos que todos os atos refutativos do discurso da CC2 são estruturados sob formas negativas (não, nenhum, nem), configurando-se na textualidade discursiva como a negação da fala do outro. Enquanto, estrategicamente, CC1 apela para que aquele momento seja visto para além da disputa eleitoral (...*muito além da disputa J. H.*...), CC2 refuta essa posição e marca, em seu discurso, a diferença, com base na negação e na asserção (**não é candidata J e H...** **são propostas de gestão totalmente diferentes...**), ou seja, utiliza-se das palavras de CC1, nega os sentidos produzidos e constrói a identidade de seu discurso.

A mesma elaboração ocorre no segundo par de enunciados: o que é enunciado por CC1 como “picuinha”, “desejos individuais” de um curso, é frontalmente refutado por CC2 pela negação e pela afirmação (**não é uma questão pessoal...** **não é uma questão de picuinha de cursos(...)** **nem como beneficiar curso nenhum ... é forma mesmo de gestão... é proposta de gestão... é proposta de administração...**). Observe que o operador *mesmo* intensifica o processo de desqualificação, delimitando discursivamente onde reside a diferença que o discurso de CC2 procura assinalar em relação ao discurso de CC1. Como se pode ver, o discurso de CC2 se alimenta diretamente do discurso de CC1, para refutá-lo e desqualificar o adversário. Esse trabalho discursivo coloca em cena as relações de força que permeiam todo o debate, delimitando o campo da sua candidatura para o ouvinte e, assim, o discurso de CC2 polemiza o jogo proposto por CC1, procurando trazer a questão para os projetos de administração, de gestão. Estes dois itens lexicais se associam à questão da competência e do discurso competente de que muito bem fala Chauí (1989).

## 4.2. A refutação sob a capa do acordo parcial

Podemos considerar ainda como um traço do debate político a polêmica que se efetiva por um jogo de acordo parcial em relação ao discurso do outro. É o que podemos observar no recorte [8], extraído do mesmo debate, proferido por CC2.

[08]

CC2- (... ) *claro que a gente respeita né?... viu professora H. nós respeitamos a história que esse campus vem desenvolvendo nesses últimos oito anos ... claro que nós respeitamos... entendemos os pontos positivos e elogiamos os pontos positivos que há... mas a gente acha que o momento agora é de ultrapassar essas barreiras é de ir além né?... e é nesse sentido que a gente tem propostas específicas de curso... tem propostas gerais... tem propostas de funcionamento né?... propostas administrativas...*

(2DC<sub>2</sub>, F18A, T19)

A modalização desse discurso mobiliza uma memória discursiva, trazendo um passado recente, ou seja, um debate anterior a esse, ocorrido entre as duas candidatas, em que CC1 acusou CC2 e seu grupo de fazerem uma campanha de negação da história do campus. Este imbricamento de sentidos que circulam numa campanha pode ser atestado na fala de um professor em apoio à candidatura de CC1, num debate anterior: “...e esse campus é o pior campus?.. é... isso é muito triste... eu fico triste porque nós estamos dizendo... nós estamos tentando jogar pá de cal... abrindo a cova na nossa história ... na nossa tradição que é a tradição desse campus...”

O recorte [8] se configura como um “gesto” de concordância parcial, que revela um forte mecanismo de envolvimento do outro na trama discursiva. Por esse gesto o adversário é convocado a aceitar o argumento do adversário sem contudo excluir o que é objeto de polêmica. Um indício desse jogo de “trapaças” é sugerido pelo enunciado: *claro que nós respeitamos a história desse campus, elogiamos os pontos positivos*, em que o modalizador ‘claro’ introduz no discurso uma voz polifônica através da qual CC2 refuta o discurso a ela imputado, segundo o qual CC2 e seu grupo não reconhece a história de luta do campus, na qual CC1 e seu grupo se inclui.

Mas essa estratégia de acordo se rompe na medida em que CC2 adota outra orientação argumentativa evidenciada pelo operador “mas” (*mas a gente acha que o momento agora é de ultrapassar essas barreiras é de ir além né?...*). Na verdade, é essa a direção argumentativa que molda todo o projeto discursivo da locutora. O acordo parcial engendrado é tão somente um ‘passo’ provisório, uma manobra discursiva para construir as bases da refutação do discurso da adversária. Funciona como um ato de preparação para o passo seguinte, em que a palavra do outro (adversário) será desqualificada.

Como se pode observar, o debate político tem como base a polêmica, a negação do outro, ainda que se alimente do discurso do outro para construir sua identidade.

## 5. Conclusão

Das análises acima, é possível depreender o seguinte quadro de representações: i) a universidade, para manter-se relevante face às novas exigências, precisa estabelecer novos parceiros; no entanto, há perigos políticos nestas parcerias e para evitá-los o locutor convoca os interlocutores que através de representação garantirão seriedade e clareza; ii) um projeto de universidade assim fortalecido requer a presença de administradores com a competência exigida por esse novo modelo, ou seja, administradores capazes e dispostos a enfrentar novos tipos de relações entre a

universidade e outras instituições. Ao mesmo tempo em que traça para o interlocutor uma referência de um novo modelo de universidade, e por conseguinte de administração, o locutor busca a adesão à imagem construída de si mesmo como competente para realizar esta transição.

As análises ainda nos dão a noção de que o debate político parece ser a instância enunciativa onde se explicita a polaridade de discursos. Os sujeitos se encontram em competição declarada, a qual aparece marcada na materialidade do discurso. Nesse espaço de interação – talvez mais do que em outros gêneros discursivos produzidos na universidade – os sentidos que circulam na e sobre a universidade são construídos por um trabalho de negação de outros dizeres, produzindo o apagamento de outras vozes e, paradoxalmente, por esse mesmo recurso, possibilita-se o aparecimento das vozes negadas. Nessa relação de alteridade constitutiva, coloca-se em cena o jogo de poder presente nas práticas políticas estabelecidas na universidade.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Gêneros do discurso”. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Hermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.
- CHAUÍ, M. (2003). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003
- CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001
- MAINGUENEAU, D. *Gêneses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indusky. 3 ed. Campinas: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.
- MARQUES, Maria Celeste Said Silva. *Disputa de uma reitoria: a cenografia dos discursos*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP/IEL, Campinas, 1995.
- RIBEIRO, Nilsa Brito. *Entrecruzamentos de gêneros discursivos na universidade: esferas do político, do científico e do ensino*. Tese de Doutorado em Análise do Discurso. UNICAMP/ IEL, Campinas, 2005.
- WOLFF, Robert Paul. *O ideal de universidade*. Trad. Sônia Veasey Rodrigues e Maria C. Pires Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.